

## MOÇÃO

### EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O congresso da ANAFRE, reunido nos dias 30 e 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2026 em Portimão, face à crescente degradação no funcionamento dos serviços públicos delibera tomar a seguinte posição relativamente à sua defesa, afirmando a disponibilidade e o contributo dos eleitos das freguesias intervirem na sua ação contra encerramento dos serviços públicos e reclamando a sua reposição, condição essencial para uma melhor resposta às populações.

A criação e o seu crescimento bem como o acesso aos serviços públicos e a sua universalidade alcançada com o 25 de Abril originou uma melhoria significativa na qualidade de vida da população, numa lógica de proximidade e de facilitação no acesso aos serviços públicos e das funções sociais do Estado, não descurando a preocupação com a qualidade da prestação do serviço.

As freguesias, estejam situadas nas grandes cidades, no litoral, ou no vasto território do interior, debatem-se com situações e problemas para os quais não estão preparadas e que não têm enquadramento nas suas competências diretas. Mas é nas Juntas de Freguesia que as populações encontram o apoio que necessitam mesmo. Têm sido extintos vários serviços públicos que eram a alma de tantas localidades.

O desaparecimento de escolas do ensino básico, de estações ou delegações de correios (CTT), de postos da GNR, de extensões e postos de saúde e até de Serviços de Apoio Permanente (que funcionavam 24h), a inexistência de transportes públicos e também a extinção de centenas de Juntas de Freguesia ainda não totalmente repostas numa imposição por parte do Poder Central sem pensar na defesa dos interesses das populações, têm tornado a vida de milhares de pessoas num verdadeiro drama quotidiano. Acresce a esta situação a degradação na prestação de vários serviços públicos, mesmo nos grandes centros urbanos, de que se destaca o setor da saúde. Perante esta realidade é cada vez mais difícil a dificuldade no acesso aos serviços.

Assim, considerando que:

- o direito aos cuidados de saúde, à educação, à cultura, à justiça, à segurança, à água pública, aos apoios sociais, entre outros, assiste a todo e qualquer cidadão e que é uma obrigação do estado garantir os serviços adequados em todas estas áreas em todo o País;
- a perda de atratividade e fixação das populações, com destaque para os jovens, contribuindo para o êxodo das mesmas, a insegurança das populações, bem como o seu isolamento;
- a sobrecarga dos trabalhadores da função pública levando-os ao desgaste diário, colocando em causa o seu desempenho profissional;
- a falta de meios humanos ou a falta de condições dos equipamentos que não pode justificar o continuado encerramento dos serviços públicos, sendo que a solução passa por investir e reforçar os meios humanos e materiais para que todos os portugueses tenham acesso aos serviços públicos, com qualidade e eficiência.

O XX Congresso da ANAFRE delibera manifestar:

- a sua grande preocupação e exigência de medidas que travem as políticas de extinção dos serviços públicos;

- a necessidade de encetar o processo político administrativo para repor os serviços públicos essenciais à população, nomeadamente na área da saúde, educação, transportes públicos e a continuação da reposição de freguesias;
- a contratação de recursos humanos necessários para o bom funcionamento dos serviços públicos que respondam às necessidades da população;
- a urgência de medidas que apostem na melhoria da qualidade dos serviços e na garantia da sua acessibilidade universal;
- a necessidade de ser assegurada da segurança das populações e o acesso aos correios e serviços postais.
- a sua total solidariedade com a luta das populações bem como as suas reivindicações.

**Os Delegados ao Congresso**

<b>NOME</b>	<b>ORGÃO</b>	<b>FREGUESIA/CONCELHO</b>
Maria João Brissos	Presidente da Junta de Freguesia	Baleizão/Beja
Antónia Patricio	Presidente da Assembleia de Freguesia	Baleizão/Beja